



CONGRESSO NACIONAL
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

PROJETO DE LEI
ORÇAMENTÁRIA PARA 2011

(Projeto de Lei n.º 59/2010-CN)

ÁREA TEMÁTICA VIII

**PODERES DO ESTADO E
REPRESENTAÇÃO**

RELATÓRIO APRESENTADO

Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)
Presidente da CMO

Senador ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
Relator Setorial

06/12/2010



CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2011
(PL nº 59, de 2010-CN)

Área Temática VIII
PODERES DO ESTADO E
REPRESENTAÇÃO

RELATÓRIO

Relator Setorial: **Senador ADELMIR SANTANA – DEM/DF**

Brasília, 06 de dezembro de 2010

mulheres, crianças, adolescentes e idosos e as relacionadas com a prevenção e combate à homofobia, a proteção e promoção dos direitos humanos, o fomento à igualdade étnica e racial e a defesa dos direitos da pessoa com deficiência.

Atendimento das normas

Em observância ao disposto no item 35.1.1. do Parecer Preliminar, esta Relatoria esclarece que não identificou, relativamente à presente Área Temática, qualquer incompatibilidade do PLOA 2011 com a Constituição Federal, com o PPA 2008/2011 e com a LDO 2011.

Valores constantes do projeto de lei

O valor orçado para 2011 no âmbito desta Área soma R\$ 49,7 bilhões, incluídas as dotações do orçamento de investimento das estatais (R\$ 704,6 milhões), conforme a tabela 1, abaixo.

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Detalhamento do PL por Poder e Órgão

Tabela 1 R\$1,00

PODER	ÓRGÃO	DOTAÇÕES	PARTICIPAÇÃO %	
			No Poder	Na Área VIII
LEGISLATIVO	01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	4.092.418.168	46,70	8,23
	02000 - SENADO FEDERAL	3.325.196.076	37,95	6,68
	03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.344.708.429	15,35	2,70
	Subtotal	8.762.322.673	100,00	17,61
JUDICIÁRIO ¹	10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	495.651.765	1,83	1,00
	11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	922.127.955	3,40	1,85
	12000 - JUSTIÇA FEDERAL	6.836.892.392	25,19	13,74
	13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	361.136.340	1,33	0,73
	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	4.368.872.698	16,10	8,78
	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	12.338.805.151	45,46	24,80
	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.621.610.338	5,97	3,26
	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	198.919.644	0,73	0,40
Subtotal	27.144.016.283	100,00	54,57	
EXECUTIVO	20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	7.863.732.075	78,20	15,81
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.192.512.421	21,80	4,41
	Subtotal	10.056.244.496	100,00	20,22
MPU ²	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.684.047.727	97,42	7,41
	59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	97.614.736	2,58	0,20
	Subtotal	3.781.662.463	100,00	7,60
Total		49.744.245.915	-	100,00

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até 25/11/2010

¹ - Excluídos os precatórios, que passaram a integrar o Órgão 71.000 - Encargos Financeiros da União desde 2010.

² - MPU separado do Poder Executivo para demonstração.

A maior parcela das dotações, cerca de 54%, está alocada nos órgãos do Poder Judiciário. Somente a Justiça do Trabalho concentra 25% do total da programação. Entre os Poderes, o Legislativo tem a menor participação nos recursos, com 18%. Ao Ministério Público da União foram reservadas 7,6% das dotações.

Entre os órgãos, os Conselhos Nacional do Ministério Público e Nacional de Justiça detêm as menores participações, com 0,20% e 0,40%, respectivamente, muito embora o Conselho Nacional do Ministério Público

tenha obtido incremento de 208% em suas dotações em relação ao valor autorizado para 2010 até 25 de novembro último.

I.2.2 – Execução Orçamentária Recente

Nas demonstrações a seguir, foram excluídas as dotações referentes ao orçamento de investimentos das estatais, cujas programações para 2011 constam do Anexo II. A exclusão justifica-se porque as informações respectivas sobre a execução não constam do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, sistema esse em que se registra a execução da despesa. Os dados das empresas são divulgados por meio de sistema próprio (Sistema de Informações das Estatais – SIEST).

De acordo com a tabela 2, abaixo, verifica-se que a maioria dos órgãos teve acréscimo, ainda que nominais, no valor de suas programações constantes do PLOA 2011, em comparação com o autorizado para 2010 (até o dia 25 de novembro p.p.). As únicas exceções dizem respeito ao Ministério das Relações Exteriores – MRE, à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal e à Justiça Eleitoral, que sofreram redução. Se, no entanto, se fizer a comparação do PLOA 2011 com o PLOA 2010, constatar-se-á que apenas a Justiça Eleitoral viu diminuídos os valores de suas dotações, e certamente por conta do pleito eleitoral, ocorrido em 2010 mas não previsto para 2011.

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011*

Tabela 2 R\$ 1,00

Poder	Órgão	2009		2010		2011	Evolução %
		Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	(E/D)
LEGISLATIVO	01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	3.494.849.061	3.197.027.245	3.404.611.073	3.825.271.365	4.092.418.168	106,98
	02000 - SENADO FEDERAL	2.742.975.855	2.615.122.932	2.756.507.999	3.102.173.445	3.325.196.076	107,19
	03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	1.283.671.104	1.277.553.107	1.329.945.593	1.334.097.924	1.344.708.429	100,80
	Subtotal	7.521.496.020	7.089.703.285	7.491.064.665	8.261.542.734	8.762.322.673	106,06
JUDICIÁRIO	10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	568.109.161	535.314.436	481.807.211	518.935.728	495.651.765	95,51
	11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	886.935.091	877.062.874	871.334.177	890.531.168	922.127.955	103,55
	12000 - JUSTIÇA FEDERAL	6.511.758.086	6.442.561.814	6.665.398.364	6.836.011.128	6.836.892.392	100,01
	13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	320.756.649	314.662.144	348.979.287	350.040.837	361.136.340	103,17
	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	4.400.350.373	4.276.635.037	5.164.848.745	5.217.137.354	4.368.872.698	83,74
	15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	11.091.708.903	11.014.241.521	11.810.177.826	12.076.104.633	12.338.805.151	102,18
	16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	1.421.579.467	1.418.807.297	1.538.831.016	1.558.520.820	1.621.610.338	104,05
	17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA			193.043.068	164.553.656	198.919.644	120,88
Subtotal	25.201.197.730	24.879.285.124	27.074.419.694	27.611.835.324	27.144.016.283	98,31	
EXECUTIVO	20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	8.304.784.253	7.334.268.460	7.083.893.711	8.348.272.829	7.159.141.334	85,76
	35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	2.096.962.945	1.762.366.788	2.146.270.616	2.460.494.566	2.192.512.421	89,11
	Subtotal	10.437.906.226	9.121.256.764	9.230.164.327	10.808.767.395	9.351.653.755	86,52
MPU	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	3.345.387.818	3.264.906.853	3.520.470.728	3.604.271.763	3.684.047.727	102,21
	59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO			23.999.351	31.638.891	97.614.736	308,53
	Subtotal	3.345.387.818	3.264.906.853	3.544.470.079	3.635.910.654	3.781.662.463	104,01
Total	46.505.987.794	44.355.152.026	47.340.118.765	50.318.056.107	49.039.655.174	97,46	

Fonte: Siga Brasi

Dados atualizados até: 25/11/2010

* Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, excluídos os precatórios.

Por Poder e comparativamente ainda com o valor autorizado para o corrente exercício financeiro, apenas o Legislativo obteve aumento no total programado (6%). O Judiciário sofreu redução de 1,7% e o Executivo

(Presidência e MRE), de 13,5%. O MPU, que goza de autonomia orçamentária e financeira, teve acréscimo de 4%.

Confrontando o PLOA 2011 com os valores executados em 2009 (liquidados), as dotações da Área foram acrescidas de aproximadamente 10%. O Poder Legislativo foi beneficiado com o maior acréscimo (23%) e o Executivo com o menor (2%).

Programação por natureza da despesa

Analisando-se a evolução das despesas por natureza, identificam-se mais pontualmente as variações. A tabela 3 abaixo evidencia que, em comparação com os valores constantes do PLOA 2010, o agrupamento de outras despesas correntes (3-ODC), pessoal e encargos (1-PES) e inversões financeiras (5-IFI) foram contemplados com aumento das dotações em 1%, 5% e 80%, respectivamente. No entanto, quando se confronta o PLOA 2011 com os valores autorizados para 2010 até novembro último, verifica-se que apenas o grupo 5-IFI tem aumento nas suas dotações (27%), sendo que 1-PES mantém-se praticamente estável (variação positiva de 0,6%) e 3-ODC sofre queda de 3%.

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011 - Por GND*

Tabela 3 R\$ 1,00

GND	2009		2010		2011		Evolução %	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	%	(E/D)	(E/C)
1-PES	33.984.134.640	33.629.657.020	35.097.347.711	36.613.990.755	36.828.893.312	75,10	100,59	104,93
2-JUR	3.617.388	1.709.642	4.616.970	4.616.970	2.284.735	0,00	49,49	49,49
3-ODC	8.331.534.922	7.491.946.273	9.211.502.509	9.643.603.912	9.361.445.640	19,03	97,07	101,63
4-INV	3.364.278.160	2.599.848.394	2.586.455.424	3.376.602.355	2.143.326.607	4,37	63,48	82,87
5-IFI	718.426.556	628.911.053	329.400.000	468.445.964	595.285.456	1,21	127,08	180,72
6-AMO	3.176.660	3.079.638	3.208.308	3.208.308	3.120.958	0,01	97,28	97,28
9-RES	100.819.468	0	107.587.843	207.587.843	105.298.466	0,21	50,72	97,87
Total	46.505.987.794	44.355.152.026	47.340.118.765	50.318.056.107	49.039.655.174	100,00	97,46	103,59

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 25/11/2010

* Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, excluídos os precatórios.

A redução da aplicação de recursos para *investimentos* na Área é evidente. Em relação ao PLOA 2010, a diminuição é pouco maior que 17%; em relação ao valor autorizado para 2010, o corte, no entanto, se aproxima dos 36%.

Orçamentos por esfera

Examinando-se o comportamento da programação por esfera orçamentária (tabela 4), constata-se o incremento total de 4% nas dotações da Área VIII, em comparação com o valor do PLOA 2010. O detalhamento dessa variação não foi uniforme entre as esferas orçamentárias. O orçamento de investimento das estatais (Secretaria de Portos da Presidência da República), por exemplo, praticamente dobrou de volume (aumento de 99%).

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Execução 2009 x Autorizado 2010 x PLOA 2011 - Por Esfera Orçamentária*

Tabela 4

RS 1,00

Esfera	2009		2010		2011	Evolução %	
	Autorizado (A)	Liquidado (B)	PLOA (C)	Autorizado (D)	PLOA (E)	(E/D)	(E/C)
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	7.965.598.222	7.884.885.592	7.853.910.297	8.551.702.149	8.629.562.573	100,91	109,88
ORÇAMENTO FISCAL	38.540.389.572	36.470.266.435	39.486.208.468	41.766.353.958	40.410.092.601	96,75	102,34
ORÇAMENTO INVESTIMENTO			354.501.128		704.590.741		198,76
Total	46.505.987.794	44.355.152.026	47.694.619.893	50.318.056.107	49.744.245.915	98,86	104,30

Fonte: Siga Brasil

Dados atualizados até: 25/11/2010

* excluídos os precatórios no Poder Judiciário.

O orçamento da seguridade social foi aumentado em 10%, em relação ao PLOA 2010, e em 3% em relação ao valor autorizado para o mesmo ano, até 25 de novembro p.p. Por outro lado, o orçamento fiscal sofreu redução de 3% em relação ao autorizado para 2010 e acréscimo de 2% em relação ao PLOA 2010.

I.2.3 – Créditos Extraordinários e Especiais Aprovados nos Últimos Quatro Meses de 2010

Em atenção ao disposto no item 35.1.3 da Parte Especial do Parecer Preliminar, não existem créditos especiais e extraordinários aprovados a partir de setembro do corrente ano, com repercussão nesta Área Temática. No entanto, tramitam no Congresso Nacional seis projetos de crédito, todos do tipo “especial”, que poderão ser aprovados até o final deste exercício, cujas programações integram esta Área. A relação dos créditos, órgãos e unidades beneficiários, bem como dos respectivos impactos financeiros, consta do Anexo III deste Relatório.

O valor total dos créditos em apreciação soma R\$ 195,7 milhões, fracionados em órgãos de todos os Poderes, no âmbito das três esferas orçamentárias. Embora expressivo, esse montante pouco acrescenta aos valores já autorizados no orçamento de 2010, uma vez que os créditos decorrem basicamente do cancelamento de outras programações. Mesmo assim, esse pequeno acréscimo alarga a diferença entre o autorizado para 2010 e o que foi alocado no PLOA 2011, ora em exame (v. tabela 2, retro).

Essa constatação nos autoriza a supor que as dotações para 2011 não comportam os gastos esperados no âmbito desta Área Temática. Haverá, por conseguinte, a necessidade de suplementações orçamentárias durante a execução, via créditos adicionais, ou o contingenciamento dos gastos, via limitação de empenho.

Ademais, se esses créditos forem reabertos em 2011 (§ 2º do art. 167 da CF/88 combinado com o art. 64 da LDO 2011), implicarão aumento de despesas primárias naquele exercício. Como as fontes de custeio de 2010 serão esterilizadas em 2011 (integrarão as receitas financeiras destinadas ao pagamento de juros da dívida), a reabertura levará à concorrência da execução

dos créditos com a das despesas primárias aprovadas no PLOA 2011. Sendo assim, para que a meta de resultado primário estimada na LDO 2011 não seja afetada, isto é, para que o equilíbrio fiscal previsto seja mantido, também será necessário contingenciar as programações aprovadas no presente processo orçamentário, se se quiser de algum modo viabilizar a execução dos citados créditos.

I.3 – EMENDAS APRESENTADAS

As ações orçamentárias da Área VIII receberam originalmente 492 emendas, sendo 36 coletivas (33 de apropriação e 3 de remanejamento) e 456 individuais. Das coletivas, 12 (todas de apropriação) foram apresentadas por bancadas estaduais e 24 (21 de apropriação e 3 de remanejamento), por comissões permanentes. Das emendas individuais, 400 foram apresentadas por deputados federais e 56, por senadores.

No total, as emendas pretendem alocar R\$ 3.383,5 milhões, dos quais R\$ 3.212,8 milhões referentes a emendas coletivas (representando 95% do total) e R\$ 170,6 milhões referentes às emendas individuais (5%).

A tabela 5 detalha as emendas por tipo de autor e de emenda, quantidade de autor e de emendas e montantes requeridos:

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Emendas Apresentadas por Autor e por Tipo

Tabela 5 R\$1,00

AUTORIA		EMENDAS		VALOR SOLICITADO
Tipo	Qtdade	Tipo	Qtdade	
BANCADA ESTADUAL	10	APROPRIAÇÃO	12	747.900.000
COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	6	APROPRIAÇÃO	12	651.343.000
COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	2	REMANEJAMENTO	3	47.815.741
COMISSÃO SENADO FEDERAL	4	APROPRIAÇÃO	9	1.765.800.000
DEPUTADO FEDERAL	211	APROPRIAÇÃO	400	151.245.000
SENADOR	33	APROPRIAÇÃO	56	19.350.000
Totais	266		492	3.383.453.741

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

I.4 – ATUAÇÃO DA RELATORIA

I.4.1 – Atendimento das Emendas

Recursos disponíveis

Os recursos para atendimento das emendas originaram-se, conforme demonstrado abaixo, de repasses efetuados pela Relatoria Geral, no valor de R\$ 274 milhões, dos quais R\$ 170,6 milhões destinados ao atendimento integral das emendas individuais e R\$ 103,4 milhões, ao atendimento parcial das emendas coletivas. Tais recursos foram complementados com cancelamentos que tivemos de realizar, na forma mais adiante explicitada.

Tabela 6

Repasses do Relator-Geral	Valor (R\$1,00)
1 - para atendimento das emendas individuais	170.595.000
2 - para atendimento das emendas coletivas	103.468.798
TOTAL	274.063.798

O Comitê de Admissibilidade de Emendas – CAE não havia emitido, até a assinatura deste Relatório, seu parecer sobre as emendas coletivas. De todo modo, estamos seguindo a minuta do posicionamento do CAE, a que tivemos acesso.

Adequação das emendas e criação de ações novas

Na elaboração dos pareceres, foram procedidos pequenos ajustes nas emendas apresentadas, bem como saneados eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo, a elaboração e a execução do orçamento. Os subtítulos apresentados como atípicos, por exemplo, foram alocados em ações apropriadas, assim como outros receberam redação e enquadramento mais adequados.

Os gabinetes dos parlamentares autores das emendas foram consultados antes dos ajustes; em alguns casos, entretanto, a iniciativa de correção partiu do próprio autor da emenda. Em suma, procurou-se manter os objetivos pretendidos pelos parlamentares e promover as correções necessárias, para torná-las compatíveis com as normas regimentais e legais e evitar a inadmissibilidade das emendas.

Tornou-se necessário, ainda, criar quinze ações para programações não incluídas no PLOA 2011, na forma da tabela 7 abaixo, que contém os códigos criados e respectiva descrição:

Ações Criadas no PLOA 2011 - Área Temática VIII

Tabela 7

Código	Descrição
2E35	AÇÕES PARA A DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
7Q61	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MPDFT
7Q62	MELHORAMENTO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA DO PORTO DO RECIFE
7Q63	REFORMA E ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO EM BELÉM - PA
7Q64	CONSTRUÇÃO DE ANEXO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO
7Q65	REFORMA, ADAPTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DO TRABALHO
7Q66	ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO EM NATAL - RN
7Q67	AQUISIÇÃO DO EDIFÍCIO ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO EM BELO HORIZONTE - MG
7Q68	CONSTRUÇÃO DE FÓRUMS TRABALHISTAS
7Q69	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE FÓRUMS TRABALHISTAS
7Q70	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL
7Q71	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL
7Q72	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA
7Q73	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO-SEDE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA
7R05	AQUISIÇÃO DE EDIFÍCIOS-SEDES DA JUSTIÇA FEDERAL

Atendimento das emendas individuais e coletivas

Para o atendimento das emendas, esta Relatoria utilizou a totalidade dos recursos transferidos pela Relatoria Geral. Como o montante se mostrou insuficiente diante do conjunto das demandas, esta Relatoria não teve alternativa, senão a de promover cortes pontuais em despesas de investimentos, com amparo no item 30 do Parecer Preliminar, Parte B.

Reconhecemos a essencialidade das despesas alocadas na programação de nossa Área e a importância social, política e administrativa dos órgãos que delas se desincumbem. Por isso, efetuamos o cancelamento somente em dotações com fonte 100 – Recursos Ordinários do Tesouro, GND 4 – Investimentos e indetificadores de resultado primário 2 e 3 (despesa primária discricionária, inclusive PAC), cujos montantes fossem iguais ou superiores a R\$ 10,0 milhões. Nossa opção foi por realizar um corte linear de 5% (cinco por cento).

Obedecidas essas condições, ressalvamos do corte apenas as despesas de investimento incluídas em algumas unidades orçamentárias, cujos representantes nos procuraram, demonstraram e convenceram da inviabilidade do cancelamento. De todo modo, estamos indicando e requerendo ao Senhor Relator Geral que recomponha as dotações reduzidas.

Emendas individuais

Todas as emendas individuais apresentadas nesta Área, considerando os ajustes que realizamos, contam com nosso voto pelo acolhimento e aprovação nos montantes solicitados. Ao final, foram atendidas as 456 emendas desse tipo. Em termos orçamentários, o total do atendimento somou R\$ 170.595.000,00 (cento e setenta milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais).

Emendas coletivas

Não nos resta alternativa, senão apresentar nosso descontentamento em relação ao baixo volume de recursos destinados aos setoriais para alocação nas emendas coletivas. Do total dos R\$ 23,1 bilhões disponíveis para atendimento do conjunto das emendas, apenas a quantia de R\$ 1,7 bilhão (7,3%) foi destinada às dez áreas temáticas. Essa quantia representa pouco mais que 13% do montante destinado exclusivamente à Relatoria Geral (R\$ 12,9 bilhões).

Na Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, o volume de recursos soma meros R\$ 103,5 milhões, suficientes para contemplar as emendas coletivas no montante médio de apenas R\$ 3,1 milhões. Nesse contexto, cada comissão permanente do Legislativo, com direito a 4 emendas de apropriação, somente poderá ser contemplada pelo setorial com no máximo R\$

12,4 milhões, na média, valor esse inferior ao que é destinado ao parlamentar individualmente.

Para reforçar suas disponibilidades, os setoriais não contam com outra alternativa, senão a de propor os cancelamentos que lhes são permitidos regimentalmente. No entanto, ao optar por esse procedimento, assumem a desconfortável posição de afetar as programações originais, mesmo diante dos apelos dos órgãos pela preservação. Se algum bônus restar desse processo, será apenas da Relatoria Geral, que detém somas para recompor os cancelamentos posteriormente, ainda que em parte. Ficamos nós, os setoriais, apenas com o ônus do corte.

Sem dúvidas, é um desprestígio às áreas temáticas, que ficam sem condição alguma de promover melhorias nas políticas públicas respectivas. A continuar esse processo de esvaziamento da atuação dos setoriais, que não são chamados a participar das decisões superiores e impactantes nos orçamentos (v.g., definição do valor para o salário-mínimo, reajustamento da remuneração dos servidores públicos), as quais demandam elevados recursos que seriam destinados às áreas temáticas, o fim dessas relatorias será necessário e até inevitável, mas extremamente negativo para o processo.

Este não é um defeito iniciado na corrente apreciação legislativa do orçamento, mas é preciso uma conduta forte e efetiva para minar-lhe o aprofundamento, haja vista o que o histórico desta CMO nos revela quanto aos perigos da concentração de poderes.

Já tratando especificamente do acolhimento das emendas, primeiro nos reportamos às de *remanejamento*, que somente podem ser atendidas, por força do disposto na Resolução nº 1, de 2006-CN (art. 38, § 1º), com as fontes indicadas em cada emenda. Foram apresentadas três emendas desse tipo nesta Área (emendas 50170006, 50310003 e 50310004).

Quanto à emenda nº 50170006, de autoria da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que conta com parecer do CAE pela admissibilidade, estamos propondo, no mérito, sua rejeição. Tal emenda altera a programação definida pelo Tribunal Superior Eleitoral, sendo que essa Corte, por intermédio de seus representantes, manifestou absoluta contrariedade ao pleito.

Relativamente à emenda 50310003, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que também conta com parecer do CAE pela admissibilidade, somos também pela rejeição da emenda, no mérito. Nesse caso, objetiva-se remanejar R\$ 30 milhões das programações ordinárias da Câmara dos Deputados, para criar ação em favor daquela Comissão. Contudo, a administração da Câmara propugnou pelo não acolhimento da emenda, haja vista a clara desorganização das finanças do órgão voltadas para o cumprimento das obrigações já compromissadas.

Ditas emendas 50170006 e 50310003, demais disso, não cumpriram com o disposto no parágrafo único do art. 147 da Resolução nº 1, de 2006-CN, porquanto não apresentaram na justificacão a avaliacaão dos cortes propostos. Tal falha reforça as razões, dos órgaos atingidos, pelo seu não atendimento.

Sobre a última emenda de remanejamento (50310004), o CAE manifestou-se pela inadmissibilidade, posicão idêntica à que tem esta Relatoria, em virtude das disposições regimentais. Não cabe, assim, análise de mérito.

No que tange às emendas coletivas de *apropriacão*, não temos dúvidas de que todas as propostas mereciam acolhimento de nossa parte e implementacão pelo poder público. Mas não tínhamos elementos suficientes para aferir a coesão entre o valor demandado, o objeto pretendido e as metas previstas. Além disso, é improvável um critério absolutamente justo, para atender a necessidade de valorar cada proposta em meio às demais, haja vista a já comentada escassez de recursos com que estamos trabalhando.

Na tarefa da distribuicão dos parques valores, fomos orientados basicamente, portanto, pelo nosso julgamento do mérito e pela manifestacão convincente dos autores das emendas e dos órgaos beneficiários das programações contempladas.

Diante dessas circunstâncias, optamos por estabelecer e alocar o valor médio de R\$ 6 milhões na maioria das emendas (19 das 36), aquelas que nos pareceram mais fortemente fundamentadas, e atendemos 5 emendas com o valor de R\$ 3 milhões, aquelas que mereceram também grande atencão de nossa parte.

Tivemos especial preocupacão com o estado em que se encontra a prestacão jurisdicional em nossa Capital. A necessidade de implantacão urgente de varas no Recanto das Emas, cidade com mais de 130 mil habitantes é cristalina. Isso nos levou a aportar a maior soma de recursos numa só emenda, que beneficia o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. O valor alocado será o mínimo para que esse importante órgao judiciário possa desencadear a implantacão.

Sobre as demais emendas, para que não fossem rejeitadas e, assim, impedidas de mais à frente do processo ser contempladas com recursos do Senhor Relator Geral, trilhamos por atendê-las em partes iguais, com o fracionamento do saldo remanescente. Desse modo, essas emendas poderão também receber maiores somas, seja por conta de eventual reestimativa positiva da receita, seja por força da distribuicão a que se refere o inciso III do art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN.

Estamos pleiteando, enfim, à Relatoria Geral os recursos necessários para compensar os cortes e acrescer os atendimentos.

I.4.2 – Obras com Índícios de Irregularidades Graves

Identificamos nesta Área, de acordo com a tabela 8 a seguir, dois subtítulos relacionados com indícios de irregularidades graves, em cujo benefício foram alocados recursos no PLOA 2011. Tais subtítulos constam tanto do Anexo VI – Subtítulos Relativos a Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves do PL, bem como da relação encaminhada ao Congresso Nacional pelo Tribunal de Contas da União no final de novembro corrente.

PLOA 2011 - ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Subtítulos com Índícios de Irregularidades Graves segundo o TCU e o PLOA 2011

R\$1,00

Órgão (Cod/Desc)	UO (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	Subtítulo (Cod/Desc)	GND	PLOA	Vício
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	12102 - TRIBUNAL REGIONAL	11RV - CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL	0101 - EM BRASÍLIA - DF	4-INV	50.000.000	Risco de dano ao erário no encontro de contas resultante da rescisão de contrato.
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20128 - SECRETARIA DE PORTOS	122E - DRAGAGEM E ADEQUAÇÃO DA NAVEGABILIDADE NO PORTO DE SANTOS (SP)	0035 - NO ESTADO DE SÃO PAULO	4-INV	22.000.000	Inadequação das providências adotadas pela Administração para sanar interferências que possam provocar o atraso da obra. Sobrepreço decorrente de itens considerados em duplicidade.
Total					72.000.000	

Fonte: Relatório do TCU - Selor - SIGA Brasil

Não alocamos qualquer valor para as obras em apreço, mas os subtítulos foram alcançados pelo corte que tivemos de realizar nos investimentos.

I.5 – INDICAÇÕES DA RELATORIA

I.5.1 – Indicação à CMO

Indicamos à CMO, para votação em separado, nos termos do item 35.3, Parte B, do Parecer Preliminar, os subtítulos constantes da tabela 8, acima.

I.5.2 – Indicações à Relatoria Geral

Tendo em vista a escassez de recursos com que esta Relatoria Setorial trabalhou, indicamos e solicitamos ao Relator Geral a alocação de valores:

a) nas ações objeto de cancelamento por esta Relatoria, a fim de recompor-lhes o valor original; e

b) nas emendas coletivas de apropriação apresentadas nesta Área, para acrescer os valores atendidos, especialmente naquelas cujo atendimento setorial ficou muito aquém da demanda.

II – VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, na parte abrangida pela Área Temática VIII – Poderes do Estado e Representação, com as alterações propostas neste Relatório.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2010.

Deputado WALDEMIR MOKA
Presidente

Senador ADELMIR SANTANA
Relator

AREA TEMATICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Órgãos e Unidades Orçamentárias - PLOA 2011

ANEXO I

PODER LEGISLATIVO	
Órgão	Unidade Orçamentária
01000 - CÂMARA DOS DEPUTADOS	01101 - CÂMARA DOS DEPUTADOS
	01901 - FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
02000 - SENADO FEDERAL	02101 - SENADO FEDERAL
03000 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	03101 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
PODER JUDICIÁRIO	
Órgão	Unidade Orçamentária
10000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10101 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
	11101 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
11000 - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	12101 - JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
	12102 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1A. REGIÃO
12000 - JUSTIÇA FEDERAL	12103 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2A. REGIÃO
	12104 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A. REGIÃO
	12105 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4A. REGIÃO
	12106 - TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5A. REGIÃO
	13101 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
13000 - JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	14101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
	14102 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE
14000 - JUSTIÇA ELEITORAL	14103 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
	14104 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
	14105 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
	14106 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
	14107 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL
	14108 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
	14109 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS
	14110 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
	14111 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO
	14112 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
	14113 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
	14114 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
	14115 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
	14116 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
	14117 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
	14118 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
	14119 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
	14120 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
	14121 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL
	14122 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
14123 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
14124 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO	
14125 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	
14126 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE TOCANTINS	
14127 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA	
14128 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ	
	14901 - FUNDO PARTIDÁRIO

	15101 - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
	15102 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1A. REGIÃO - RIO DE JANEIRO
	15103 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2A. REGIÃO - SÃO PAULO
	15104 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3A. REGIÃO - MINAS GERAIS
	15105 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4A. REGIÃO - RIO GRANDE DO SUL
	15106 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5A. REGIÃO - BAHIA
	15107 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6A. REGIÃO - PERNAMBUCO
	15108 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7A. REGIÃO - CEARÁ
	15109 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8A. REGIÃO - PARÁ/AMAPÁ
	15110 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9A. REGIÃO - PARANÁ
	15111 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A. REGIÃO - DISTRITO FEDERAL/TOCANTINS
15000 - JUSTIÇA DO TRABALHO	15112 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A. REGIÃO - AMAZONAS/RORAIMA
	15113 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12A. REGIÃO - SANTA CATARINA
	15114 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13A. REGIÃO - PARAÍBA
	15115 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14A. REGIÃO - RONDÔNIA/ACRE
	15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15A. REGIÃO - CAMPINAS/SP
	15117 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16A. REGIÃO - MARANHÃO
	15118 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17A. REGIÃO - ESPÍRITO SANTO
	15119 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18A. REGIÃO - GOIÁS
	15120 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19A. REGIÃO - ALAGOAS
	15121 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20A. REGIÃO - SERGIPE
	15122 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21A. REGIÃO - RIO GRANDE DO NORTE
	15123 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22A. REGIÃO - PIAUÍ
	15124 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23A. REGIÃO - MATO GROSSO
	15125 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24A. REGIÃO - MATO GROSSO DO SUL
16000 - JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS	16101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
	16103 - JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
17000 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	17101 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PODER EXECUTIVO		
Órgão	Unidade Orçamentária	
20000 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
	20102 - GABINETE DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	
	20114 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	
	20118 - AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA - ABIN	
	20120 - ARQUIVO NACIONAL	
	20121 - SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS	
	20122 - SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	
	20125 - CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	
	20126 - SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	
	20128 - SECRETARIA DE PORTOS	
	20204 - INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI	
	20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC	
	20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA	
	20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA	
	20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP	
	20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP	
	20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ	
	20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN	
	20225 - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA	
	20415 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	
	20926 - FUNDO NACIONAL ANTIDROGAS - FUNAD	
	20927 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL	
	20928 - FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE - FNCA	
	20929 - FUNDO NACIONAL DO IDOSO - FNI	
	34000 - MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	34101 - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
		34102 - MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
		34103 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
		34104 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
		34105 - ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
35000 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	35101 - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	
	35201 - FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO	
59000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	59101 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	

Fonte: Siga Brasil - Senado Federal

ÁREA TEMÁTICA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO
Investimentos das Estatais - PLOA 2011

ANEXO II

20205 - COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	400.000,
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	350.000,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	200.000,
1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	100G - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GRUPOS GERADORES NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	5.800.000,
	100K - AMPLIAÇÃO DA GUARITA DA PLATAFORMA DE ATRACAÇÃO DO PÍER PETROLEIRO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	100M - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PESAGEM RODOVIÁRIA E FERROVIÁRIA NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	330.000,
	101N - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CATÓDICA DAS TUBULAÇÕES ENTERRADAS DA ALIMENTAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA NAVIOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	100U - CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM PARA CARGA GERAL NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	1.600.000,
	100W - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	163.862,
	123K - IMPLANTAÇÃO DE NOVO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	2.800.000,
	123Q - ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A NAVIOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	12LM - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE CONTEINERES NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	6.000.000,
	12LO - CONSTRUÇÃO DE TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	15.000.000,
	1307 - RECUPERAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO CAIS COMERCIAL E PIER PETROLEIRO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)	3.100.000,
	130W - INSTALAÇÃO DE TOMADAS PARA CONTEINERES FRIGORÍFICOS NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	131I - AQUISIÇÃO DE ARMAZÉM ESTRUTURADO REMOVÍVEL PARA O PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	1893 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO ELÉTRICA DO PORTO DE FORTALEZA (CE)	4.900.000,
	5490 - DERROCAMENTO NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
	6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	1.000.000,
	7417 - ADEQUAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO PORTO DE FORTALEZA (CE)	100.000,
7429 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO NÁUTICA NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	600.000,	
7433 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA AMBIENTAL NO PORTO DE FORTALEZA (CE)	120.000,	
Total		43.063.862,

20206 - COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	500.000,
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	925.817,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.000.000,
1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	10QR - RECUPERAÇÃO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DOS BERÇOS 201 E 202 DO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	15.100.000,
	12IQ - ADEQUAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO CAIS DE CAPUABA NO PORTO DE VITÓRIA (ES)	5.441.219,
	12LJ - ESTUDOS E PROJETOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PORTO DE ÁGUAS PROFUNDAS - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	2.001.869,
	1J79 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VITÓRIA - (ES)	4.937.528,
	20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA	507.000,
	3503 - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PORTO DE VITÓRIA (ES)	3.284.592,
	3E77 - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERNO NO CAIS DE CAPUABA (ES)	2.723.443,
	3E79 - OBRAS DE CONTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CAIS DO PORTO DE VITÓRIA (ES)	76.124.638,
6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	9.733.924,	
Total		122.280.030,

20207 - COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	3286 - INSTALAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.476.386,
	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.464.100,
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.100.000,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.100.000,
1460 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE MERIDIONAL	10DX - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA PORTUÁRIA NO ESTADO DA BAHIA	117.594,
	10JR - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O CAIS DO PORTO DE SALVADOR (BA)	3.000.000,
	10JS - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AMORTIZAÇÃO DE ESFORÇOS PARA O CAIS DO PORTO DE ILHÉUS (BA)	2.000.000,
	10P1 - REPOTENCIALIZAÇÃO DO SISTEMA DE MOVIMENTAÇÃO DE GRANÉIS SÓLIDOS DOS TGS I E II E PÁTIO DE MINÉRIOS DO PORTO DE ARATU (BA)	3.200.000,
	10P4 - ADEQUAÇÃO DAS VIAS INTERNAS DO PORTO DE ARATU (BA)	10.000.000,
	10PJ - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE ARATU (BA)	5.000.000,
	10Q3 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE ILHÉUS (BA)	2.650.000,
	10QF - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E BALIZAMENTO NÁUTICO NO PORTO DE SALVADOR (BA)	5.000.000,
	10VQ - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SALVADOR (BA)	153.648,
	11TV - ESTUDOS E PROJETOS PARA DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO PORTO DE ILHÉUS (BA)	524.181,
	12LK - AMPLIAÇÃO DO QUEBRAMAR NO PORTO DE SALVADOR (BA)	5.000.000,
	12LL - ADAPTAÇÃO DE ARMAZÉM PARA TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SALVADOR (BA)	12.000.000,
	1D39 - OBRAS DE CONTENÇÃO NO CAIS NA PONTA SUL NO PORTO DE SALVADOR (BA)	1.795.136,
	20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA	461.600,
	6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	5.000.000,
Total		62.042.645,

20208 - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP

R\$ 1,00

Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	5.000.000,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	4.000.000,
1461 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-SUDESTE	10VR - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTOS (SP)	9.203.789,
	10ZQ - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA AUTÔNOMO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E TRATAMENTO DE ESGOTOS NO PORTO DE SANTOS (SP)	6.038.332,
	122T - ESTUDOS E PROJETOS DA INFRAESTRUTURA DE ACESSOS TERRESTRES DO PORTO DE SANTOS (SP)	6.720.000,
	12LQ - REFORÇO DE CAIS PARA APROFUNDAMENTO DOS BERÇOS ENTRE OS ARMAZÉNS 12 AO 23 NO PORTO DE SANTOS (SP)	10.000.000,
	12LR - ALINHAMENTO DE CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)	25.000.000,
	12LS - CONSTRUÇÃO DE 2 PIÉRES DE ATRACAÇÃO E DE PONTE DE ACESSO NO TERMINAL DA ALAMOIA NO PORTO DE SANTOS (SP)	7.200.000,
	1C66 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE GUARUJÁ (SP)	45.247.752,
	1C67 - IMPLANTAÇÃO DA AVENIDA PERIMETRAL PORTUÁRIA NO PORTO DE SANTOS - NO MUNICÍPIO DE SANTOS (SP)	10.200.000,
	1K07 - ADEQUAÇÃO DE SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PORTO DE SANTOS (SP)	361.267,
	20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA	132.224,
	3E66 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUÇÃO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS (SP)	5.819.593,
3E67 - DERROGAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)	8.067.728,	
3E69 - REMOÇÃO DE DESTROÇOS NO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS (SP)	2.800.000,	
Total		145.790.685,

20210 - COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP		R\$ 1,00
Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	500.000,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	3.500.000,
1456 - VETOR LOGÍSTICO AMAZÔNICO	100A - RESGATE DE SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO PORTO DE SANTARÉM (PA)	600.000,
	10V2 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	661.000,
	12L7 - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 1 NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	7.200.000,
	12L8 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO 2 NO PORTO DE SANTARÉM (PA)	8.000.000,
1457 - VETOR LOGÍSTICO CENTRO-NORTE	10KA - CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA)	900.000,
	10KB - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO NO TERMINAL DE OUTEIRO (PA)	1.000.000,
	10KJ - RECUPERAÇÃO DA MURALHA DO PORTO DE BELÉM (PA)	1.000.000,
	10KO - AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE COMBATE A INCÊNDIO DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	2.000.000,
	10KP - RECUPERAÇÃO DO PIER 200 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	2.500.000,
	10OC - REVITALIZAÇÃO DE ARMAZÉNS NO PORTO DE BELÉM (PA)	4.600.000,
	10OH - CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE CAPTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	1.500.000,
	10OJ - RECUPERAÇÃO DAS VIAS DO TERMINAL PETROQUÍMICO DE MIRAMAR (PA)	1.000.000,
	10OO - CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTO PARA APOIO ÀS OPERAÇÕES NA RAMP A ROLL-ON ROLL-OFF NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	3.900.000,
	10VU - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE BELÉM (PA)	1.500.000,
	10VW - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	1.840.995,
	118S - REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA ELÉTRICO DO PORTO DE BELÉM (PA)	1.500.000,
	11VH - ESTUDOS E PROJETOS PARA CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MÚLTIPLO USO NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	4.308.731,
	11X0 - AMPLIAÇÃO DO PIER PRINCIPAL, ALARGAMENTO DO BERÇO 302 E DUPLICAÇÃO DA PONTE DE ACESSO NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	66.131.306,
	1305 - MELHORAMENTOS NO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	60.403,
	1C85 - RECUPERAÇÃO DOS TALUDES DO PORTO DE VILA DO CONDE (PA)	149.048,
	1C86 - CONSTRUÇÃO DE DOLPHINS DE ATRACAÇÃO NO PIER Nº 1 DO TERMINAL DE MIRAMAR (PA)	4.100.000,
	1D13 - INSTALAÇÃO DE DEFENSAS PORTUÁRIAS NO PORTO DE BELÉM (PA)	1.000.000,
	6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	8.332.000,
	Total	

20211 - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ		R\$ 1,00
Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4101 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000.000,
	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.000.000,
4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	1.000.000,
	100Y - RECUPERAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS INTERNAS DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	1.300.000,
1458 - VETOR LOGÍSTICO LESTE	10VS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	7.567.131,
	10VW - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PORTUÁRIA (ISPS - CODE) NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	9.307.592,
	11HG - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE DEFENSAS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	3.066.476,
	12IE - RECUPERAÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO INTERNO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	985.436,
	12IG - IMPLANTAÇÃO DE CENTRO AVANÇADO DE CONTROLE DE TRÁFEGO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	10.033.923,
	12II - COMPLEMENTAÇÃO DAS OBRAS DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO PORTUÁRIO NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	600.000,
	12LG - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DA GAMBOA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	12.000.000,
	12LH - REFORÇO ESTRUTURAL DO CAIS DE SÃO CRISTÓVÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	8.000.000,
	12LI - IMPLANTAÇÃO DE 3 PIÉRES DE ATRACAÇÃO NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	47.000.000,
	131E - MODERNIZAÇÃO DE ELEVADORES DA SEDE DA CDRJ E DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - (RJ)	502.000,
	20BA - PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E ENFRENTAMENTO PARA A PANDEMIA DE INFLUENZA	777.000,
	3338 - CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE MINÉRIO, GUSA E PRODUTOS SIDERÚRGICOS NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	37.324,
	3341 - DESAPROPRIAÇÃO PARA EXPANSÃO DE ÁREA NO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.000.000,
	3E70 - RECUPERAÇÃO DO ACESSO RODOFERROVIÁRIO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	4.479.540,
	3E74 - AMPLIAÇÃO DA REDE ELÉTRICA NO PORTO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	2.594.301,
	6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	7.867.876,
	7376 - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO E NA BACIA DE EVOLUÇÃO DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	1.896.300,
7412 - OBRAS DE DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO DAS ÁREAS DO PORTO DE ITAGUAÍ (RJ)	2.133.000,	
Total		124.148.499,

20212 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN		R\$ 1,00
Programa (Cod/Desc)	Ação (Cod/Desc)	PLOA
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	4102 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	244.400,
	4103 - MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO	279.000,
1459 - VETOR LOGÍSTICO NORDESTE SETENTRIONAL	10EE - AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS PORTOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	100.000,
	10IO - CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA DO PORTO DE NATAL - (RN)	4.500.000,
	10RW - OBRAS DE RECUPERAÇÃO E DE ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA NO PORTO DE NATAL (RN)	100.000,
	122V - AMPLIAÇÃO DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)	30.250.000,
	12LN - CONSTRUÇÃO DO BERÇO 4 NO PORTO DE NATAL (RN)	5.400.000,
	12LP - ADAPTAÇÃO DE ARMAZÉM FRIGORÍFICO E DE GALPÃO PARA TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE NATAL (RN)	13.158.131,
	2C05 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA (RN)	17.600.000,
	2D18 - MANUTENÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO PORTO DE NATAL (RN)	5.700.000,
6504 - ESTUDOS E PROJETOS PARA RACIONALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA E PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE	2.150.000,	
Total		79.481.531,

Fonte: Siga Brasil

**CRÉDITOS ESPECIAIS EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL
ÚLTIMOS QUATRO MESES DE 2010 - ÁREA VIII - PODERES DO ESTADO E REPRESENTAÇÃO**

ANEXO III

PLN	ÓRGÃO E UO BENEFICIÁRIOS	VALOR (R\$1,00)	GND	RP	PROGRAMA	FONTE DE RECURSOS		
26	JUSTIÇA FEDERAL	12.101	2.500.000	4	2	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Excesso de arrec. de recursos de convênios	
	JUSTIÇA ELEITORAL	14.102	650.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral	Anulação parcial de dotação	
		14.103	141.096	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.105	796.300	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.106	1.000.000	4/5	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.110	300.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.113	918.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.115	350.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.116	375.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
		14.120	750.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral		
	14.125	43.000	4	2	Gestão do Processo Eleitoral			
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.106	2.550.000	4	2	Prestação jurisdicional trabalhista	Anulação parcial de dotação e superávit financeiro	
		15.109	1.450.000	4	2	Prestação jurisdicional trabalhista		
		15.110	610.000	4	2	Prestação jurisdicional trabalhista		
	Justiça do DF e dos T	16.101	600.000	4	2	Prestação Jurisdicional no Distrito Federal	Anulação parcial de dotação	
PRES. DA REPÚBLICA	20.121	3.947.009	4	2	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase	Anulação parcial de dotação		
	20.928	3.000.000	3	2	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase			
	MPU	34.102	2.187.500	4	2	Defesa da ordem jurídica	Anulação parcial de dotação	
51	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.101	250.000	3	2	Prestação jurisdicional trabalhista	Anulação parcial de dotação	
	PRES. DA REPÚBLICA	20.128	1.000.000	4	3	Vetor Logístico Sul	Anulação parcial de dotação	
	MRE	35.101	3.775.000	4	2	Relações e Negociações do Brasil no Exterior e Atendimento Consular	Anulação parcial de dotação	
60	PRES. DA REPÚBLICA	20.121	96.000	3	1	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	Anulação parcial de dotação no MPOG	
67	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.102	15.000	3	1	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	Anulação parcial de dotação no MPOG	
68	PRES. DA REPÚBLICA	20.207	7.946.280	4	2	Vetor Logístico Nordeste Meridional	Anulação parcial de dotação	
85	CÂMARA DEPUT.	01.101	2.000.000	4	2	Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados	Anulação parcial de dotação	
	CÂMARA DEPUT.	01.101	1.500	3	2	Operações Especiais: Gestão da participação em organismos internacionais		
	SENADO FEDERAL	02.103	450.000	3	2	Atuação Legislativa do Senado Federal		
	JUSTIÇA FEDERAL	12.101	25.396.831	4/5	2	Prestação jurisdicional na justiça federal		
		12.104	20.011.228	5	2	Prestação jurisdicional na justiça federal		
		12.106	6.900.000	5	2	Prestação jurisdicional na justiça federal		
	JUSTIÇA ELEITORAL	14.103	102.000	5	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.107	19.296	4	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.109	454.000	4/5	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.112	790.000	4	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.118	35.961	4	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.122	1.080.000	4	2	Gestão do processo eleitoral		
		14.126	150.000	4	2	Gestão do processo eleitoral		
	JUSTIÇA DO TRABALHO	15.107	2.300.000	4	2	Prestação jurisdicional trabalhista		Anulação parcial de dotação e excesso de arrecadação
		15.112	1.568.895	3	2	Prestação jurisdicional trabalhista		
	PRES. DA REPÚBLICA	20.128	46.000.000	5	3	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		Anulação parcial de dotação
		34.101	4.500.000	4	2	Defesa da ordem jurídica		
MPU	34.102	1.500.000	4	2	Defesa da ordem jurídica	Anulação parcial de dotação		
	34.104	1.250.000	4	2	Defesa da ordem jurídica			
	20.208	15.000.000	4	2	Vetor Logístico Centro-Sudeste			
PRES. DA REPÚBLICA	20.211	31.000.000	4	2	Vetor Logístico Leste	Aumento de capital da União		
Total dos Créditos		195.759.896						

Fonte: CMO